



BOLETIM SEMANAL

15 de dezembro de 2011

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Filiado à CUT/FENAJUFE

Festa do Sindjus



19/12 às 22h

Pavilhão do Parque da Cidade
Módulo A

72 horas de paralisação pela aprovação do PL 6613

Boa notícia no início da semana: Fux determina que orçamento do Judiciário conste como parte da PLOA 2012. A decisão muda o cenário da luta pela aprovação PL 6613. Sindicato faz trabalho intenso no Congresso e alerta: agora mais do que nunca, pressão dos servidores é fundamental



Foto: BETO OLIVEIRA

CHINAGLIA

“Se o STF resolver com o Planalto, eu arrumo o dinheiro”



Foto: WILSON DIAS

DILMA

“Mandei para o Congresso, eles que decidam”



Foto: NELSON JUNIOR

PELUSO

“Não vou jogar a toalha”

Mandado de segurança muda cenário do PL 6613

Resposta do STF ao mandado de segurança do Sindjus determina considerar o orçamento do Judiciário como parte da PLOA 2012, garantindo a inclusão do reajuste na proposta

O primeiro dia da paralisação de 72 horas começou com uma ótima notícia: na tarde de 13/12 o ministro Luiz Fux despachou o mandado de segurança impetrado pelo Sindjus e determinou que o Congresso deve analisar o orçamento do Judiciário como parte da proposta orçamentária para a LOA-2012.

Entre outras coisas, o despacho de Fux diz: "Considerando a documentação anexada na presente data pela Presidência da República, oficie-se às Mesas das Casas do Congresso Nacional para que apreciem a proposta de orçamento do Poder Judiciário, anexas à Mensagem nº 355/2011, oficialmente elaborada, como in-

tegrante do projeto de lei que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012'. Publique-se. Intimem-se."

"É uma vitória que mostra o quanto a pressão que fizemos deu resultado", analisa o coordenador do Sindjus Cledo Vieira. O trabalho de convencimento e pressão sobre o STF começou no momento da entrega do mandado de segurança e encerrou-se nesta terça, quando os diretores do sindicato entregaram um memorial sobre o MS para os ministros Marco Aurélio, Carmem Lúcia, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. No mesmo dia o coordenador Cle-

do Vieira e o advogado Renato Borges, do escritório Ibaneis Rocha, tiveram também uma longa conversa com o ministro Celso de Mello.

"Agora nosso campo de batalha sai do Supremo e vai para a Comissão Mista de Orçamento, no Congresso Nacional", disse Cledo. "Nosso papel é fazer valer a decisão do STF sobre o orçamento do Judiciário. Com a decisão de Fux, Chinaglia [o relator da LOA] terá que mudar de posicionamento. Ele tem como fazer os ajustes necessários. Vamos trabalhar nisso e contamos com a mobilização dos servidores", reforçou o coordenador.

Diretores pressionam CMO

Hoje (15) a Comissão Mista de Orçamento começou pela manhã a reunião para votar os dez relatórios setoriais da LOA 2012. A leitura dos pareceres foi concluída ontem. O primeiro item da pauta é o parecer do senador Inácio Arruda (PC do B-CE), da área de Poderes do Estado e Representação. "O relatório dele devia conter a emenda que aprovamos na CCJ, garantindo as duas primeiras parcelas dos PLs 6613 e 6697, mas o senador alegou motivos técnicos para não incluí-la", disse o coordenador do Sindjus Berilo Leão. "No entanto, ele mesmo recomendou ao relator geral Arlindo Chinaglia que incluía o reajuste", completou Berilo.

"Estamos acompanhando a ses-

são e falando com os líderes de cada partido na Comissão de Orçamento. Temos que divulgar a decisão de Fux sobre o mandado de segurança, porque muitos parlamentares ainda não sabem desse despacho", explicou Berilo. O coordenador Cledo Vieira completou: "Agora o Congresso vai ter que analisar o orçamento do Judiciário de maneira diferente. Antes, o relator afirmou que não podia incluir novos valores pois essa prerrogativa era privativa do Executivo. Depois disse a Peluso que negociasse com o Executivo, pois dinheiro ele arrumaria. Com o despacho de Fux, reafirmando a autonomia do Poder Judiciário, ele então já pode arrumar o dinheiro", finalizou.

Peluso apoia urgência para PL

O requerimento de urgência ao PL 6613 protocolado ontem (14) tem a assinatura dos líderes de vários partidos, colhidas durante uma semana de intenso trabalho de pressão realizado pelo Sindjus.

O pedido conta também com o apoio do presidente do STF, César Peluso, que se reuniu ontem com o coordenador do sindicato Cledo Vieira. "Peluso apóia a urgência porque acredita que agora o foco do trabalho é apenas o Congresso", disse Cledo.

Segundo o coordenador, o presidente do STF acredita que a esperança de reajuste reside atualmente apenas no trabalho de pressão sobre os parlamentares. "Não tenho mais o que conversar com a presidente Dilma", desabafou Peluso. No entanto, o chefe do Judiciário também acrescentou: "Não vou jogar a toalha."